

Mercadorias, negócios e negociantes nas vilas do norte nas duas últimas décadas da Capitania de São Paulo (1788-1808).

FELIPE DE MOURA GARRIDO¹

Introdução

Nos últimos anos tem surgido um número cada vez maior de pesquisas centradas na atuação de um agente em determinada região. O estudo da vida da pessoa é capaz de elucidar algumas mudanças pela qual a sociedade passava. A utilização do método prosopográfico expande, ainda mais, essa nova possibilidade. As novas técnicas e os novos documentos possibilitam uma compreensão mais densa da sociedade colonial.

Outro postulado que tem ganhado força é o estudo imperial. Nos dias atuais, têm-se compreendido que o estudo de uma região sem a percepção de sua interação com o império que a compõe não satisfaz a interpretação da sociedade colonial. Os historiadores ingleses, como Boxer (2002) e Russell-Wood (1998), foram os primeiros a analisarem a dinâmica colonial como um evento oceânico. O Atlântico, ao invés de separar, unia as partes do império lusitano.

Luis Felipe de Alencastro (2000), indica que o processo de mercantilização da mão-de-obra só foi possível com a interconexão das partes do império português. Foi na constante travessia do Atlântico que ambos os continentes se formaram.

Portanto, o que se pretende aqui é unir o método e a interpretação. Este estudo demonstra de que forma a região das vilas do norte da capitania de São Paulo foi afetada pela política ilustrada lisboeta. Os impactos que essa nova política teve nas vilas e nos governadores, que passaram pela capitania no período de 1788 e 1808. Por outro lado, a análise recairá sobre um homem, Antonio José de Macedo, residente da vila de Cunha e sua interação na política colonial.

A região das vilas do norte é composta por duas partes separadas: as vilas do interior e as do litoral. As do interior correspondem a Taubaté e Cunha, e todas as outras que estão no caminho para o Rio de Janeiro (atual Vale do Paraíba). Enquanto as do litoral são Ubatuba e São Sebastião, e posteriormente Vila Bela e Caraguatatuba.

* Discente da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, mestrando em História e tem bolsa da agência financiadora CAPES.

Somente Taubaté, Cunha, Ubatuba e São Sebastião serão estudadas aqui. Isto porque, esta pesquisa ainda está em andamento e não foi possível analisar todas as vilas.

Para esta pesquisa foram utilizadas três fontes documentais. Os maços de população são essenciais para captar a flutuação da mão-de-obra em cada vila; identificar os agentes que participavam da produção e comércio; e, também, perceber os gêneros produzidos.

O Projeto Resgate Barão de Rio Braco concentra ordens, cartas, ofícios e demais documentação do Conselho Ultramarino. Ele permite verificar o jogo político da sociedade colonial e as intenções da coroa na capitania de São Paulo.

Por fim, os Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo garantem o suporte local. É nessa documentação que residem as ordens entre o governador e as câmaras da capitania.

Ainda sobre as fontes é necessário discorrer sobre uma escolha do autor. Os maços de população são listas que apresentam variedade de detalhes. Assim, é possível que algumas listas sejam melhor trabalhadas. Para tornar o texto menos exaustivo não serão citados os maços de população no corpo do texto, mas eles estão presentes nas referências bibliográficas.

Outra opção metodológica precisa ser explicitada. O tema, no qual este artigo se insere, carrega duas importantes discussões historiográficas. A saber, a existência ou não de um *sentido* da colonização, e a *decadência*, ou não, da capitania de São Paulo no início dos setecentos. Por opção do autor, este artigo margeia estas discussões, mas não se atem a elas.

E, por fim, preferiu-se utilizar majoritariamente as fontes sobre a bibliografia. Muitos textos importantes sobre o contexto foram escritos, e têm-se conhecimento deles. Mas no curto espaço deste artigo, achou-se melhor mostrar o que a pesquisa vem conseguindo ao longo dos anos de 2010 e 2011, ao invés de fazer discussão bibliográfica.

A produção das vilas do norte.

No contexto das reformas imperiais lusitanas, a produção paulista se voltou para o açúcar. O produto possuía um grande mercado na Europa. Seus preços estavam elevados, devido a crises em Santo Domingo e outros locais produtores. E, ele era

utilizado como âncora da balança comercial de Portugal com outras nações européias, o que garantia a demanda (ALDEN, 1999: 527-528, 548-556).

Na segunda metade do séc. XVIII, os produtores da capitania de São Paulo correram para cultivar a cana-de-açúcar. A região de Itu, freguesia de Piracicaba, Mogi-guaçu e Sorocaba, formaram o principal ponto de produção de açúcar da capitania. Aliados com os negociantes residentes em Santos, eles tiveram grande crescimento econômico neste período (PETRONE, 1968: 41-53).

Para os homens do norte, porém, a situação foi diferente. Como ressalta Petrone, as vilas do caminho para o Rio de Janeiro não se especializaram numa única produção. A sua pauta de plantio era grande, incluía arroz, feijão, milho, goma, anil, café, e outros (PETRONE, 1968: 39).

Para as vilas do litoral norte a situação foi mais complicada. O cultivo da cana-de-açúcar foi empregado em larga escala. Todavia, Ubatuba preferiu produzir a aguardente, enquanto São Sebastião focou no açúcar (SERRATH, 2007: 114).

A preferência de Ubatuba se explica pelo baixo custo de produção da aguardente. Visto que a vila tinha recursos escassos, a produção de aguardente serviu como uma luva. Além de mais barato que fabricar o açúcar, a aguardente era muito apreciada em todas as partes do Império e, inclusive, nos sertões da África era moeda de troca por escravos (FERREIRA, 2001: 346-351).

Assim, observa-se o incentivo a diferentes produções no século XVIII, por parte dos governantes. Escrevendo da vila de Santos, Bernardo José de Lorena, descreve seu primeiro trabalho na capitania: “tenho introduzido [diferentes plantas], e vão animando a cultura, a qual na verdade tem dado alguns passos para em treze anos poder servir de grande utilidade aos seus lavradores, principalmente com a planta de café” (AHU-São Paulo, cx. 9, doc. 11. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 532).

O comércio dessas vilas com o Rio de Janeiro não é mero detalhe, mas fato importante e merece destaque. Apesar de somente na vila de Ubatuba aparecer explicitamente a venda para o Rio de Janeiro, é possível acreditar que todas as vilas faziam comércio com a sede do vice-reinado no Brasil. Diferentes autores mostram o poder de atração do porto do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1998).

As linhas de crédito disponíveis, a quantidade de negociantes, e a proximidade com essas vilas eram fatores que aumentavam o interesse dos paulistas em fazer

comércio com esta praça. O Rio de Janeiro garantia os melhores preços, além disso, ele servia também como entreposto para outras regiões do Império, principalmente para a metrópole. Inclusive, os autores afirmam que, quando estes produtores foram privados do comércio com o Rio de Janeiro a economia das vilas do norte estagnou (PETRONE, 1968: 25; SERRATH, 2007).

O café, todavia, não foi o único artigo incentivado nessas vilas. Infelizmente, os maços de população não são detalhados durante o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797). Eles só ganham minúcias na virada do século com o governo de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802). E assim continuam pelo governo de Antonio José da Franca e Horta (1802-1812).

A vila de Cunha, porém, constitui exceção. Em 1789 ela já apresenta os detalhes dos gêneros produzidos e a profissão dos donos de cada fogo, além de seu posto militar. Assim, os produtos que aparecem listados são: milho, feijão, arroz, aguardente e amendoim². Neste ano, 176 fogos apareceram como produtores de algum gênero, invariavelmente o milho. Quatro produtores não cultivaram o feijão, 116 não produziram o arroz e somente um plantou amendoim e um outro fabricou a aguardente. E, dos 191 fogos listados, 28 homens ocuparam algum posto militar, variando de cabos e soldados da cavalaria até sargento-mor, capitão-mor e comandante da cavalaria.

Os gêneros produzidos nas vilas do norte

O primeiro ano em que se tem detalhes da produção para as quatro vilas é em 1808. Portanto, utilizaremos as listas deste ano para perceber os gêneros que vingaram. A começar pelo litoral, tem-se Ubatuba e São Sebastião.

Ubatuba sofreu com as restrições de comércio empregadas pro Bernardo José de Lorena. Voltou a florescer com a liberdade de comércio dado por Medonça. Mas retornou a padecer com as restrições de comércio, ainda mais duras, de Franca e Horta (PETRONE, 1968: 140-151; SERRATH, 2007: 147-149). Porém, a política de exportação será analisada mais adiante, em tópico próprio.

O café teve sete produtores entre os agricultores donos de mais de 10 escravos. Como o foco da pesquisa é dedicada as elites, visar-se-a somente os proprietários de

² A título de informação é interessante saber que o amendoim era usado para a fabricação de uma espécie mais grossa de azeite, uma forma mais simples e barata de adquirir o produto. Útil na época de escasses. Posto que este gênero vinha da metrópole, vê-se a preocupação em diminuir os gastos com a importação.

mais de uma dezena de escravos.³ Os sete produtores de Ubatuba juntos colheram 212 arrobas de café. Sendo que, o maior produtor foi Antonio dos Santos Mastim, nascido na cidade do Porto, detentor de dez escravos e que colheu 60 arrobas. Nota-se, também, que ele vendeu seu café na cidade do Rio de Janeiro, pelo preço de 2\$000 réis a arroba.

Para compreender o fluxo de mercadorias desta parte da capitania recorre-se ao mapa de exportação de 1802. Neste ano, ao todo, a vila de Ubatuba produziu 490 arrobas de café. Destas, 146 foram consumidas na própria vila, enquanto as 344 arrobas restantes foram exportadas. O Rio de Janeiro comprou 229 arrobas. Santos, por sua vez, adquiriu outras 37 arrobas. São Sebastião, vizinha de Ubatuba, foi o segundo maior comprador com 65 arrobas. E, fechando a lista, a também vizinha Parati, comprou as 13 arrobas restantes.

Outros artigos colhidos foram: feijão, arroz, anil, açúcar, aguardente e algodão. Destes, o feijão tinha participação na rede mercantil interna. Porém, os outros eram voltados para a exportação. Peixe e carne também eram produzidos na vila, e tinham como destino outras cidades.

O agricultor Antonio Alvez Louredo pode ser usado como símbolo desta vila. Ele não possuía o maior plantel de escravos⁴, era senhor de meras 16 almas. Nem era detentor da maior produção de cada artigo. Porém, ele produzia todos os gêneros listados e era ajudante militar das ordenanças. Além disso, comercializava com Rio de Janeiro, São Sebastião e outras vilas do norte no interior. Sua fabricação de farinha, arroz e feijão foi dedicada para o consumo próprio, ele produziu 100, 30 e 15 alqueires respectivamente.

Todavia, sua fabricação de café foi proporcionalmente grande, 50 arrobas vendidas ao Rio de Janeiro por 2\$000 réis cada. A de anil também tem destaque, 8 arrobas também comercializadas no Rio de Janeiro por 10\$000 réis cada. A aguardente, apesar da pequena produção de uma pipa, foi vendida nas vilas do interior por 32\$000

³ O limite de dez escravos foi pensado de acordo com os escritos de Manolo Florentino. O trabalho do discente pretende ver a formação, consolidação e desempenho das elites das vilas do norte da capitania de São Paulo, além da atuação política. Portanto, considerou-se a baliza de dez escravos para considerar a elite. Isto porque, como proposto por Florentino, o escravo era artigo barato e empregado largamente na sociedade colonial (FLORENTINO, 1998: 37-68)

⁴ O maior plantel de escravos da vila, neste ano, estava nas mãos de D. Angelica Jacinta Correia. Ela administrava o fogo de Antonio Joaquim da Costa Brandão. Além da produção de farinha, arroz, feijão, café e anil que era vendida em Santos e Rio de Janeiro. A dona Angelica também comandava os 41 escravos do fogo de Antonio Brandão.

réis. E, por fim, os peixes foram coletados e vendidos para São Sebastião. Ao todo foram 4000 peixes pescados, e cada milhar foi vendido por 16\$000 réis na vila vizinha.

Na vila de São Sebastião não são muitos os negociantes listados. De fato, somente três homens se referem ao comércio na sua descrição. E, com destaque, só o guarda-mor Bento Francisco de Carvalho que produzia 70 alqueires de farinha para o consumo próprio. E, além do posto, possuía 2 bergantins para o comércio e 21 escravos.

Outro fator interessante são as pessoas que migraram para São Sebastião. A bibliografia já citou homens que vieram das ilhas próximas a metrópole e se arriscaram no comércio (BORREGO, 2006). Porém, salta aos olhos que cada vez mais aparecem homens de diferentes partes do império nas vilas do norte.

Em São Sebastião, no ano de 1808, são pessoas das cidades de Guimarães, Porto e Braga (norte de Portugal), e das pequenas ilhas de São Miguel, Fayal, São Jorge, e São João (arquipélago de Açores). Há, também, um homem de Paraty, na capitania do Rio de Janeiro. Ao todo, são 11 homens que migraram de suas regiões para São Sebastião.

No interior a análise se concentra nas vilas de Taubaté e Cunha. Em Taubaté o padrão se manteve. Os gêneros comumente fabricados são praticamente os mesmos: milho, feijão, farinha, arroz, algodão, açúcar, aguardente e café. Porém, três gêneros não se fazem presentes no litoral, mas aparecem em Taubaté: o fumo, a rapadura e o amendoim. E, assim como somente no litoral é possível colhetar o peixe, somente nas grandes áreas do interior é possível criar porcos e gados, como é feito na vila de Taubaté.

O destino da produção era majoritariamente o Rio de Janeiro⁵, todavia o gado era comercializado na famosa feira de Curitiba (PETRONE, 1976). Havia ainda, os pequenos produtores que vendiam seus efeitos na própria vila. O valor dos produtos varia de produtor para produtor.

No caso do açúcar, João da Costa afirma ter produzido 100 arrobas, e que a venda dele no Rio de Janeiro lhe rendeu 300 mil réis. Já para Claudio José, o açúcar rendeu 800 mil réis, mesmo ele tendo cultivado as mesmas 100 arrobas. Surgem duas

⁵ Não há indícios se o transporte era feito através das vilas marítimas da região ou se a produção era escoada pelo interior, através do caminho novo da piedade.

hipóteses óbvias, ou eles negociaram valores diferentes, ou eles não venderam toda a quantidade produzida.

Era possível a variação do preço. A qualidade do açúcar, o período comercializado e a amizade com os negociantes do Rio de Janeiro são fatores que alteravam o valor do produto no comércio. Porém, essa disparidade sugere a segunda hipótese.

O valor do café, vendido no Rio de Janeiro pelos produtores de Ubatuba, endossa essa posição. O preço do café só ultrapassou o açúcar em 1850 (PETRONE, 1968). Isto posto, o valor de 2 mil réis a arroba do café faz plausível o preço de 8 mil réis para o açúcar. Desta forma, Cláudio José teria vendido toda sua produção enquanto João da Costa teria vendido em torno de 37 arrobas.

O fumo foi um produto importante na lógica imperial. No norte do Brasil ele foi melhor cultivado. A capitania da Bahia era “o principal produtor e fornecedor dominante” de fumo. E, a proximidade com a metrópole facilitava o escoamento (ALDEN, 1999: 561-564).

Todavia, alguns agricultores de Taubaté também se arriscaram na fabricação do fumo. São três homens que se arriscaram no cultivo, ao todo. O maior produtor é José Correia de Siqueira, dono de 10 escravos. Ele produziu 200 arrobas de fumo em sua fazenda. Estas foram vendidas na praça do Rio de Janeiro e lhe renderam 150 mil réis.

No pior dos cenários, o valor da arroba seria 750 réis, pouco mais do que uma arroba de farinha. Porém, a escassez de produtores e a difusão do artigo entre os habitantes da colônia faz pensar que o valor deve ser mais alto. Por Ubatuba se chega a constatação de que havia demanda pelo fumo. No mapa de exportação desta vila em 1802, as 157 arrobas do artigo foram exportadas para o Rio de Janeiro.

O algodão, por sua vez, também foi um gênero produzido em larga escala no norte da América portuguesa. Sua inserção nas vilas do norte mostra a uniformidade da política ilustrada do reino. Porém, o volume produzido era baixo em Taubaté, somente 26 arrobas. E não há indicação do preço de mercado.

Segundo o mapa de produção da Vila de Ubatuba do ano de 1802, o algodão produzido era consumido na própria vila. Nesta vila, as 38 arrobas de algodão foram consumidas na própria vila, provavelmente para as vestes dos escravos. Já que, para o

mesmo ano, foram contabilizadas 2092 varas de panos, 187 lenços e 202 casados de chitas importados do Rio de Janeiro.

A vila de Cunha, entretanto, sofreu um processo diferente. Ao contrário de suas vizinhas, que expandem a pauta de produção, Cunha encolhe sua produção. Curiosamente, não há uma retração na produção agrícola, mas o fim de toda ela. No mapa da população, presente no maço de população do ano de 1808, diz-se que 227 homens são agricultores.

Porém, dos 48 fogos listados sob a baliza desta pesquisa, nenhum produzia volume digno de nota. Os que plantaram algo não dizem o que, e afirmam que tudo foi consumido na própria casa. O único artigo produzido pela vila foi o toicinho, e os animais.

Para ilustrar essa mudança de costume se elenca alguns agentes. José Alves de Oliveira era capitão-mor da vila. Dono de 51 escravos possuía engenho, mas afirmou que nada fez. Além disso, ele se diz agricultor. Porém, os únicos gêneros listados são o toicinho e as bestas.

E, também digno de nota, Antonio Pires Querido Portugal que viajou da pequenina Ilha de Santa Maria para residir em Cunha, produzir 300 arrobas de toicinho e ter dez animais. Além disso, seu plantel de escravos contava com 23 almas.

Antonio José de Macedo, exêmplo da dinâmica política.

O comércio das diferentes culturas só ocorria devido ao negociante. Este agente era a ponte do reino com as diversas partes de seu império. Da mesma forma que os governadores eram a conexão administrativa da coroa. Para compreender a lógica mercantil, da virada do século XVIII para XIX nas vilas do norte da capitania de São Paulo, irá-se discorrer sobre os negócios de um desses agentes.

Antonio José de Macedo foi, provavelmente, um dos homens que melhor compreendeu o papel dos colonos dos domínios portugueses nas vilas do norte. No maço populacional de Cunha, para o ano de 1789, ele aparece como capitão-mor. Em seus poucos 28 anos, este homem já demonstrava uma habilidade militar e política invejável. Sabe-se que a melhor forma de distinção social local eram os postos das ordenanças (MONTEIRO, 2007). E Macedo, ao que tudo indica, compreendia isso. Ainda neste maço, ele afirma viver de seu negócio, mas não dá detalhes. Além disso, ele não possuía escravos.

Em 27 de Janeiro de 1792, ainda no governo de Bernardo José de Lorena, chega a Lisboa o requerimento de Antonio José de Macedo. Ele pedia a confirmação de sua patente de sargento-mor. Em anexo ao pedido, como de costume, vinha a carta de Lorena destacando os serviços prestados por Macedo. Lorena afirmou que indicou Macedo por acreditar que ele era pessoa de capacidade. Como era de praxe, além dos elogios, o governador apontou que não haveria gasto com soldo. Contudo, Macedo gozaria de “isenções, honras, privilégios, liberdades e franqueza” (AHU-São Paulo, cx. 10, doc. 1. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 565).

É necessário frisar que foi durante o governo de Bernardo José de Lorena que Macedo deu seus primeiros passos na companhia militar. Isto porque, Lorena é tido como um governador que privilegiou o eixo São Paulo-Santos. Suas ordens de restrição de exportação por outros portos, que não Santos, teria inclusive afetado em larga medida as vilas do norte (PETRONE, 1968: 39-40).

Renato Mattos, em dissertação defendida em 2009, aponta que isso se deu ao ajustamento do Lorena com os homens de Santos. Para Mattos, Lorena buscou aliança política com os homens da capital e de Santos. Para tanto, ele concedeu a “lei do porto único” para Santos. E, também, construiu uma estrada calçada de São Paulo para Santos. Desta forma, além de facilitar o contato entre a capital e o litoral, ele permitiu o escoamento mais fácil da produção do quadrilátero do açúcar (MATTOS, 2009: 13, 15 e 20).

Tendo em vista este favorecimento de Lorena a Macedo, seria fácil acreditar que a vinda de outro governador atrapalharia os negócios do colono. Porém isso não ocorreu. Na verdade, ao que a documentação indica, a flexibilidade política de Macedo foi importante para seus negócios.

A chegada do novo governador, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, significou antes a chegada de um aliado do que a de um opositor. Mendonça, ao contrário de Lorena, parece ter buscado aliança com os negociantes do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, sua maior atenção foi dedicada aos homens das vilas do norte, que possuíam maior contato com os cariocas (PETRONE, 1968).

Na lista nominativa de 1797, ainda sob o governo de Lorena, Antonio José de Macedo aparece com o posto de Coronel. Em tese defendida no ano de 2010 na USP, Ana Paula Medicci trabalha os arremates de contrato na capitania de São Paulo. Nesta

tese, a autora cita Antonio José de Macedo. Segundo ela, o governado Mendonça teria sido repreendido pelo Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos por ter nomeado “pessoas indignas para o regimento das Milícias”, e, entre estes homens, estaria Antonio José de Macedo (MEDICCI, 2010: 142).

Medicci também chega a mostrar a forma como as nomeações para os postos milicianos eram utilizados pelos governadores. Para ela, “o provimento para altas patentes milicianas era uma das formas usadas pelos governadores para envolver determinados indivíduos nas esferas administrativas locais, estabelecendo arranjos vantajosos dos dois lados” (MEDICCI, 2010: 142).

Pelo Projeto Resgate se percebe que o governador Mendonça foi muito contestado pelos homens da capital. Jeronimo Martins Fernandes enviou em Janeiro de 1799 carta à rainha criticando o novo governador. Para Jeronimo Fernandes, houve “discrepância” entre as ordens que Lorena deixou após sair da capitania e o que vinha fazendo Mendonça. Jeronimo acusa Mendonça de ser violento, intratável, fazer comércio com todos os gêneros da capitania e abandonar o povo de São Paulo sem sal (AHU-São Paulo, cx. 13, doc. 1, cx. 29, doc. 58. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 699).

São muitas as acusações que Jeronimo Martins faz do governador Antonio Manoel. Inclusive, que ele abriria as cartas dos homens de São Paulo que se destinavam a Lisboa. Ao longo das 20 páginas de sua carta à rainha ele indica, até mesmo, que a abertura da estrada de Cubatão para Santos era uma farsa do governador. Segundo Jeronimo,

Este General com o pretexto de abrir o caminho por Terra da Vila de Santos até o Porto do Cubatão de seu arbítrio dobrou o tributo das passagens do dito Porto para a Vila de Santos, e da Vila de Santos para o dito Cubatão, e dizem, que se tem tirado até agora doze mil e tantos Cruzados, e que tal Caminho se não abre para andar só meio dúzia de pessoas trabalhando, e dar-se-lhe pouco de comer, e nada de jornal (AHU-São Paulo, cx. 13, doc. 1, cx. 29, doc. 58. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 699).

Não tardou muito e a defesa do governador foi feita. Em 12 de fevereiro de 1799, e 23 de Abril do mesmo ano, dois ofícios são passados por Antonio Manoel para D. Rodrigo de Souza Coutinho. O primeiro dizia que ele estava escrevendo sua defesa na forma de memória. E que, em pouco tempo, ela seria remetida para o Secretário (AHU-São Paulo, cx. 13, doc. 3. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 701). No segundo

ofício, ele protestava contra as infâmias que eram proferidas pelos seus opositores, segundo ele (AHU-São Paulo, cx. 13, doc. 8. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 705).

Para Renato Mattos, as críticas feitas ao governador Antonio Manoel de Mendonça partiam dos homens da capital e Santos. Isto porque, como ele indica, este governador privilegiou a rota de comércio com o Rio de Janeiro. Facilitou o escoamento da produção das vilas do norte. E, deu vida nova aos portos do norte. Nas palavras do autor, “é possível verificarmos a adequação dos Capitães Gerais recém-empossados perante as condições e especificidades da capitania, resultando na consolidação de alianças com determinados grupos de negociantes e produtores” (MATTOS, 2009: 139).

Essa proposta interpretativa de Mattos se sustenta na documentação. Não demorou para que as vilas do norte, favorecidas pela política de Antonio Manoel de Mendonça, venham fazer a defesa do governador. Curiosamente a primeira a sair em defesa do governador é Taubaté (AHU-São Paulo, cx. 28, D. 10. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 710). Guaratinguetá, em Junho de 1800, atacou o Bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira. O Bispo de São Paulo era conhecido desafeto do governador.

Em Dezembro de 1800 é a vez de Ubatuba sair em defesa do governador. As vilas litorâneas do norte da capitania eram as que mais ganhavam com a política de comércio empregada por Mendonça. Em carta ao príncipe regente, o presidente e demais oficiais da Câmara de Ubatuba pediam a permanência de Antonio Manoel e Mendonça no posto de capitão general (AHU-São Paulo, cx. 14, doc.3, AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 785).

Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça havia sido nomeado para o cargo de governador da capitania de São Paulo por apenas três anos. Por isso, em 1800, seu tempo já estava esgotando. Não é a toa que, depois de Ubatuba, outras vilas como Sorocaba, Taubaté, Cunha e São Sebastião enviaram requerimento ao príncipe regente pedindo a continuação do governador em seu posto. Os requerimentos funcionaram. Antonio Manoel e Mendonça permaneceu como governador da capitania de São Paulo até o ano de 1803, quando assumiu Antonio José da Franca e Horta.

Entretanto, de que forma essa discussão afetou a vida de Antonio José de Macedo? Como foi dito acima, a flexibilidade política de Macedo foi muito importante.

Uma vez empossado no cargo de Sargento-mor durante o governo de Lorena, acredita-se que sua aliança estivesse formada com este governador. Porém, isto não ocorreu.

Em 1799, Antonio José de Macedo aparece nos maços de população como Coronel que “vive de seu negócio”. Seu plantel de escravos passa a contar com 15 almas. Em Setembro do ano seguinte, a Câmara da vila de São Luís, envia carta ao príncipe regente. Nela, os oficiais da câmara parabenizam o governador, chamam-no de “iluminado” e afirmam que foi acertada a eleição de Macedo para Coronel de Milícias.

O Coronel passou a ser responsável por fortificar as vilas de Parati e Ubatuba, além da defesa de Cunha e seu distrito. Isto, segundo a Câmara de São Luís, foi uma “acertada eleição” e do “contentamento” da vila de São Luís (AHU-São Paulo, cx. 14, doc. 3. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 750).

Em Fevereiro de 1801, Antonio José de Macedo envia requerimento ao príncipe regente pedindo a confirmação de carta patente. Desta vez, ele foi nomeado pelo governador ao posto de Capitão da 6ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria.

Em Junho do mesmo ano, a Câmara de São Luís despacha uma carta ao príncipe regente. Nela, mais uma vez, são feitos elogios ao governador por ter escolhido Antonio José de Macedo para Coronel de Milícias e Comandante das Vilas de Parati e Ubatuba (AHU-São Paulo, cx.16, doc.8. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 856).

Em 1803, nos maços de população, Antonio José de Macedo afirma ser negociante. E, seu plantel de escravos duplica, chegando a cifra de 30 almas. Além disso, ele indica que é arrematante de contratos reais.

Entretanto, Ana Paula Medicci, em sua tese, que tratou justamente dos arremates dos contratos reais na capitania de São Paulo não há indicação de nenhum contrato arrematado por Macedo para este período.

A autora chega a falar sobre Antonio José de Macedo. Todavia, de acordo com sua tese, “o primeiro contrato em que ele aparece como arrematante é o do Subsídio Literário das vilas de Lorena e Cunha no triênio iniciado em 1806”. E, depois de 1810, “seu nome [Macedo] aparece em vários contratos arrematados em ramos que, em conjunto, somam montantes elevados” (MEDICCI, 2010: 167).

No ano de 1805, novamente o nome de Antonio José de Macedo aparece na documentação do Projeto Resgate. Em 20 de Abril deste ano, o então governador

Antonio José da Franca e Horta deu parecer contrário ao pedido de Macedo. O Coronel pedia em carta para o príncipe regente que lhe fosse concedido o posto de Brigadeiro, o Comando de seu Regimento e das vilas de Cunha, São Luís, Ubatuba e São Sebastião. Além disso, Macedo requeria o Hábito de Cristo (AHU-São Paulo, cx. 23, doc. 26. AHU_ACL_CU_023., Cx. 25, D. 1142).

Franca e Horta justificou sua negativa ao descrever Macedo como “violento, intrigante, vaidoso e ambicioso”. Além disso, para Horta, Macedo era protegido de seu antecessor. Somente essa aliança e proteção justificaria Macedo ter passado de sargento-mor a coronel em apenas 8 anos. E, por fim, Horta chegou inclusive a afirmar que Mendonça “teria levantado um novo regimento de Milícias com o único objetivo de fazê-lo [Macedo] coronel” (MEDICCI, 2010: 166).

A lógica de Antonio José de Macedo é indiscutível. Depois de alcançar todos os postos militares locais que podia, ter seus negócios bem alicerçados e ser o destaque econômico e social de Cunha ele partiu para voos mais altos.

Sua tentativa de ser Brigadeiro “o colocaria numa posição privilegiada em uma região voltada ao comércio com o Rio de Janeiro e à entrada de gêneros destinados à capitania de Minas Gerais” (MEDICCI, 2010: 166-167). O Hábito de Cristo, por sua vez, garantiria a distinção social em nível imperial. Assim, ele passaria a ser respeitado em qualquer parte do império português.

Nos anos seguintes Macedo permaneceu inquieto. Em 1807, ele foi autorizado pela coroa a ir para o Reino, com a esposa e alguns escravos, para cuidar de sua saúde. No ano seguinte, de volta à Cunha, Macedo foi listado com 48 escravos, fabricante de 2000 alqueires de tocinho e com o posto de Coronel.

Em Maio de 1808, dando mais provas de sua estreita alinça com Antonio Manoel e Mendonça, ele enviou ofício para o ex-governador. Neste, Macedo pediu que o ex-governador intercedesse por seu compadre, o Sargento-mor Luís Manuel de Andrade. O pedido de Macedo foi para que Mendonça impulsione a corte para confirmar o posto de Tenente Coronel para o compadre. Ao final da carta, Macedo indicou que estava tentando voltar ao Reino. E, quando chegasse lá, ele esperava ter a “glória de ver a Vossa Excelência [Mendonça], e dar alívio a muita Saudade” (AHU_Rio de Janeiro, cx. 244, doc. 36, AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1350).

Pelos maços de população, ainda assim, Luís Manuel de Andrade não conseguiu o posto de Tenente Coronel. Em 1810, ele era listado ainda como Sargento-mor. No mesmo ano, Antonio José de Macedo ainda apresenta seu posto de Coronel. Ele produzia 300 alqueires de toicinho e 30 bestas para o comércio. Além disso, com 63 escravos, ele passou a ter o maior plantel de escravos da vila de Cunha.

Ana Paula Medicci resume a atuação de Macedo após o período de 1808, limite cronológico desta pesquisa. Nas palavras da autora,

embora Macedo não tenha enriquecido como outro negociantes paulistas, ligados ao comércio atlântico e de abastecimento da Corte e que ocuparia a primeira cena política durante o movimento de Independência e as primeiras décadas do Império do Brasil, faz parte de um grupo de autoridades locais que souberam aproveitar as oportunidades que a dinamização econômica em curso desde fins do século XVIII e a nova configuração política e administrativa trazida pela transformação da América em sede da monarquia trouxeram (MEDICCI, 2010: 195-196).

Portanto, outra autora justifica a escolha desta pesquisa. Discorrer sobre a flexibilidade política de Antonio José de Macedo é capaz de mostrar o novo contexto em que viveram as vilas do norte na segunda metade do século XVIII.

Macedo foi capaz de chegar ao posto de ordenanças pelo intermédio de Bernardo José de Lorena. Ao ter-se estabelecido na vila como negociante de capacidade, a distinção social foi consequência. Depois, conseguiu destaque na ordem militar e se aliou ao governador Antonio Manuel e Mendonça. Sua flexibilidade, então, é visível. Teve apoio de dois governadores de políticas antagônicas.

Por fim, procurou alçar as honras imperiais. Macedo, porém, não caiu nas graças do último governador da capitania de São Paulo. Antonio José da Franca e Horta, ao contrário de Lorena e Mendonça, só teceu críticas a Macedo. Mas não impossibilitou o crescimento dos negócios de Macedo.

Considerações Finais

O artigo aqui exposto pretendeu montar um panorama, social e econômico, das vilas do norte da capitania de São Paulo. A segunda metade do século XVIII, especialmente sua última década, foi primordial para dinamizar a produção e comércio dos diversos gêneros dessas vilas.

Percebeu-se pela bibliografia utilizada que o intuito favorável ao renascimento agrícola partiu do centro decisório do império marítimo português, Lisboa. Este rumo

político dado pela coroa para seu império afetou diretamente a América portuguesa e, ao mesmo tempo, possibilitou as trocas comerciais entre as diferentes partes do Império.

Na virada do século XVIII para o XIX, as relações comerciais entre a América, a África e Ásia são aprofundadas. A Europa, obviamente, continua sendo o mercado que dita os produtos de maior consideração, no caso o açúcar. Mas os mercados africanos e asiáticos passam a ter peso cada vez maior para a América.

As vilas do norte, pelo que se pode observar, participaram das relações comerciais com América e África.⁶ Através do Rio de Janeiro, no século XIX, ou por Santos, no governo de Bernardo José de Lorena, os cultivos das vilas do norte marcaram presença no comércio atlântico.

Antonio José de Macedo, mercador de Cunha, é importante por mostrar que nestas vilas havia formas de ascensão social. As vilas do norte não era uma região prioritária no comércio atlântico, como as capitanias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro, mas mesmo assim participa da lógica imperial. E, através dela, permite que os homens de destaque sejam agraciados pelas mercês da coroa. É verdade que Macedo não conseguiu o Hábito de Cristo. Porém, foi através das constantes aprovações de carta patente da coroa que ele alçou diferentes postos militares.

Referências Bibliográficas.

Fontes

- *Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria de Educação, 1894.

- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **São Paulo (1644-1830)**. In: Projeto Resgate Barão de Rio Branco, 2005. 2 CDROM.

- Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de população. Vilas de Cunha, Taubaté, Ubatuba e São Sebastião. Diversos anos.

Livros, artigos, teses e dissertações

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

⁶ Em pesquisa recente, que ainda será publicada, Alex Borucki afirma que o porto de São Sebastião chegou a comercializar escravos com Montevideú. Borucki faz extenso trabalho com os mapas de importação e exportação da região do Rio de Prata e chega a constatação de que houve, neste período, uma cooperação entre as Américas. Porém, para ser executada, essa cooperação contou com a infração das ordens régias por partes dos administradores locais de ambos as partes.

- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, J. BICALHO, M. GOUVÊA, M. (Org.). *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998.
- HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: IPE-USP Edição Fac-Similada, 1986.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil-Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed., 1985
- MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. São Paulo: USP, 2010. Tese de doutoramento.
- MENZ, Maximiliano M. *Centros e periferias coloniais: o comércio do Rio de Janeiro com Santos e Rio Grande (1802-1818)*. Revista de História USP. n.º. 154. São Paulo: editora USP, 2006.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Edipe, 1968.
- _____. *O barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; INL, 1976.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. *The Portuguese empire, 1415-1808: a world on the move*. Baltimore e Londres: John Hopkins University Press. 1998.
- SERRATH, Pablo Oller Mont Serrath. *Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. FFLCH-USP, 2007, dissertação de mestrado.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.